VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE LGBTQI+: UMA RESULTANTE DO PATRIARCADO E EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

MUNIZ, Julia Maria [1]; SOARES, Ana Caroline Matos [2]

RESUMO

RESUMO

O público LGBTQI+ no Brasil é historicamente alvo de violência. Tal brutalidade se perpetua em toda vida social, política, econômica e cultural destas pessoas, que vivenciam desde a infância as faces da LGBTQI+ fobia. Tal assunto é de extrema importância, pois representa mais uma mazela do sistema capitalista no qual estamos inseridos. Portanto, faz-se necessária uma análise sobre as origens desta violência. O presente trabalho objetiva analisar a violência acometida contra as pessoas LGBTQI+, como sendo uma expressão da questão social. Para atingir esse objetivo o presente estudo segue uma abordagem qualitativa, no contexto de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e analítico. A partir dos dados obtidos, percebeu-se que a violência contra as pessoas LGBTQI+ se constitui como mais uma faceta da opressão de gênero. Anseia-se que tal pesquisa possibilite reflexões acerca do tema e favoreça a descriminalização da comunidade LGBTQI+.

INTRODUÇÃO

A comunidade LGBTQI+ é composta, respectivamente, por gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, *queer* (não binário), intersexo, entre outras possibilidades de orientação sexual e gênero. As pessoas pertencentes a essa comunidade sofrem diversos tipos de violência na sociedade, não somente física, mas principalmente moral. Há diversas questões que levam a essa violência. Entre elas, sistema do patriarcado tem sido um dos principais. Patriarcado este representado por (Millet, 1970; Scott, 1995) como uma forma de organização social onde nas relações há uma subordinação das mulheres e dos mais jovens aos homens mais velhos. Tal supremacia masculina, inferioriza a posição das mulheres e estabelecem vantagens prerrogativas aos homens.

Simone de Beauvoir (1970) ressalta ainda que desde o seu início [patriarcado], os homens consideraram útil manter a mulher em um estado de dependência.
Desde então, houve uma subjugação das mulheres em relação aos homens. Esse modelo onde se ressalta relações monogâmicas, é nocivo para os que se distanciam dele. A difusão do pensamento patriarcal, se torna origem da violência que oprime as mulheres e também o público LGBTQI+. A violência sobre as mulheres se expressa por meio da subordinação aos homens, e a violência do público LGBTQI+ se expressa por serem aqueles que desviam do modelo heterossexual. O modelo patriarcal proporciona apenas como válidos padrões binários (homem e mulher), e aqueles modelos que se distanciam deste, devem ser excluídos, marginalizados, invalidados. Butler (2019) estabelece como heterossexualidade compulsória aquela que regula e exige o gênero como binário, estabelecendo papeis sociais e atributos por meio deles. A heterossexualidade compulsória se torna também um artifício do patriarcado para reproduzir suas formas de repressão. Consequentemente como grupo LGBTQI+ se distancia destes padrões de atribuições estabelecidos pela genitália, são alvos de violência, exclusão social e marginalidade.

OBJETIVOS

Diante da contextualização apresentada, este trabalho tem como objetivo geral analisar a violência acometida contra as pessoas LGBTQI+, como sendo uma expressão da questão social. Assim, pretende, de forma específica:

- Analisar violência contra o público LGBTQI+ como expressão da questão social;
- Evidenciar a instituição família como uma das formas de reprodução do modelo patriarcal e heteronormativo;
- Mostrar que a violência contra as pessoas LGBTQI+ e a violência contra as mulheres têm o mesmo ponto de origem;
- Demonstrar a toxicidade da exacerbação do modelo binário e da heterossexualidade compulsória.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, o presente estudo segue uma abordagem qualitativa, no contexto de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e analítico. Minayo (2012) afirma

[1] Estácio de Sá, juliamuniz12@hotmail.com
[2] Universidade Federal de Viçosa, anacarolineas21@hotmail.com

que a pesquisa qualitativa busca, acima de tudo, compreender a realidade de forma interpretativa e propositiva, como o presente trabalho busca seguir. Creswell (2015) complementa indicando que essa abordagem centraliza a análise dos dados qualitativos em um único estudo. Com o método qualitativo, foi possível analisar mais detidamente sobre a violência sofrida pela população LGBTQI+.

Para tanto, primeiramente, foi realizada a análise de dados bibliográficos retirados do Atlas da Violência (2020). Em seguida, esses dados foram relacionados com informações da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2020). Também foi realizado um levantamento acerca da violência contra as pessoas LGBTQI+ por meio de artigos científicos e legislações.

RESULTADOS

Para compreender o patriarcado como consequência da violência LGBTQI+ [1] e da violência de gênero, é necessário analisar o contexto histórico. A sociedade perpassou por variáveis formas de organizações sociais. Ao ter início a agricultura, a vida nômade foi deixada de lado, o que permitiu incrementar a produção e a população. Junto com isso, as pessoas passaram a acumular riquezas advindas dos excedentes (as sobras da produção), gerando desigualdades sociais e a luta de classes (ENGELS, 1984).

A sociedade deixou a matrilinearidade para o patriarcado. Matrilinearidade esta, representada por uma sociedade que inicialmente se baseava em um sistema comunitário de relações sexuais no qual não havia divisão social do trabalho. A mulher era estimada pois tinha funções reprodutivas, sendo os filhos pertencentes às mulheres (ENGELS, 1984).

Desta maneira, iniciou-se a divisão do trabalho. A partir desse momento, podemos observar que o homem passou a acumular riquezas para transmitir aos seus descendentes. Consequentemente, iniciou-se na sociedade a família monogâmica. A mulher passa a manter uma relação de servidão com seu marido, o que favoreceu a práticas de violência. Com a sociedade monogâmica, a sexualidade feminina foi castrada para se garantir como propriedade masculina. O capitalismo encontrou com esta soberania masculina vinda do patriarcado, outros aspectos de dominação como a manutenção do modelo binário monogâmico, heterossexual. Esse tipo de sociedade precede a sociedade capitalista, entretanto, ela se apropria do patriarcado para manter a exploração, sendo a família instituição fundamental para a reprodução de comportamentos heteronormativos[2].

No contexto econômico, a família é uma instituição que contribui diretamente para a reprodução da ideologia mercadológica, uma vez que determina a conservação da estrutura social a partir dos hábitos, valores, religião e costumes. O conceito de família pode incluir ou excluir o acesso aos direitos dos indivíduos nas políticas públicas e/ou sociais. Portanto, faz-se necessário a definição operacional que se efetue em um país ou no conjunto deles, a partir dos interesses dominantes.

Como uma definição mais adequada e abrangente, Amaro (2014) conceitua a família como um grupo de pessoas unidas pelo parentesco, no qual existe o cuidado dos adultos para com as crianças. A instituição família exerce o papel de executora da valorização do capital e de sua reprodução por meio da exibição de mercadorias que determinam seu modo de vida, permeado a partir de hábitos dos membros familiares no decorrer das gerações. Contudo, o processo de socialização dos indivíduos dentro da família não ocorre isenta de conflitos e contradições, visto que a realidade libertadora é também instaurada nas relações, contribuindo para indivíduos mais questionadores e revolucionários.

No cenário contemporâneo, a família, enquanto instituição, expressa-se como um conjunto de símbolos, crenças e autoridade moral. A repetição e reprodução desse conjunto de determinações no seio familiar ocorrem a partir da interiorização, pela incorporação de normas e valores e pela naturalização desses elementos institucionais que aparentam ser invisível e comum. A família possui o papel de nortear e regular os membros, sendo um instrumento de controle social que define como os indivíduos devem ser e agir, a partir de interesses dominantes (RAMOS, NASCIMENTO, 2008).

Ao observar os papeis de gênero no contexto familiar, identifica-se que há uma disparidade entre os conceitos reproduzidos e a não aceitação do indivíduo como fora dos padrões heterossexuais. Recorrentemente mulheres que se declaram lésbicas ou bissexuais são vítimas de estupro, sob o discurso de uma possível não experiência real de relação sexual com um homem, ou simplesmente para “corrigir” a sua conduta sexual. O chamado estupro corretivo. (CARDIN, ROCHA,2014) Além de também sofrerem violências físicas, verbais, psicológicas e patrimoniais. No caso dos homens que se declaram pertencentes à comunidade, não é diferente. As agressões físicas são frequentemente instauradas por um discurso de ódio. A exacerbação do modelo de um homem como macho, provedor, agressivo, e das características que o modelo patriarcal impõe, se torna extremamente nociva na vida familiar e social, onde vemos que todo referencial que se aproxima de uma imagem feminina, vira figura pejorativa, de chacota, de rejeição, como por exemplo, a figura do homossexual afeminado ou passivo. Este que se distancia dos modelos binários. Louro

[1] Estácio de Sá, juliamuniz12@hotmail.com
[2] Universidade Federal de Viçosa, anacarolineas21@hotmail.com

(2008) afirma que os homossexuais se tornam os alvos preferenciais das pedagogias de ações de recuperação ou corretivas como forma de punição.

Segundo Butler (2019), gênero se define como ato intencional que depende das experiências vividas pelo corpo, que produz significado por meio de gesto performativo. Observa-se gênero como uma questão institucionalizada, de construção social para manutenção do sistema, e não como sendo natural as relações binárias.

De acordo com Nader (1997), a desigualdade entre gêneros foi construída na sociedade por meio de conceitos pré-determinados sobre homens e mulheres, em que há separação entre o que foi feito para o masculino e para o feminino. Debates a respeito da questão de gênero, sexo e dominação, além de como tudo isso influencia na violência posta contra as pessoas que fogem à regra de heteronormatividade, como as pessoas LGBTQI+, têm como objetivo a desnaturalização daquilo que foi instituído erroneamente como natural. O sistema patriarcal se baseou em mitos inventados e não em fatos biológicos ou mesmo históricos.

Podemos assim, relacionar a violência de gênero com a violência LGBTQI+ tendo o patriarcado, como mesmo ponto de origem, uma vez fora dos modelos de heterossexualidade, as pessoas LGBTQI+ são sujeitas a violência, preconceitos e condenadas a marginalidade.

A título de ilustração, pesquisas apontam que houve um aumento de 88% de tentativa de homicídio de pessoas LGBTQI+ entre 2017 e 2018 (Atlas da violência, 2020). Em 2020, o Brasil caiu 13 posições no ranking de segurança para pessoas LGBTQI+ (ANTRA, 2020). Além disso, em uma pesquisa feita pela TransgenderEurope (TGEU, 2016), concluiu-se que o Brasil foi um dos países que mais assassinou pessoas transgênero em 2016. A média da expectativa de vida dessas pessoas é de aproximadamente 35 anos, enquanto a média geral no Brasil é de 75 anos, conforme (BORTONI, 2017). Portanto, podemos observar que esta população possui um grau elevado de vulnerabilidade perante aos casos de violência e, por isso, dificilmente consegue meios para exercer a vida social.

Ainda nas primeiras fases da vida, essa população, sofre as consequências do patriarcado e, por normalmente não conseguir efetivar seus direitos básicos, acaba sendo sujeita à privação do trabalho legal. Dessa forma, acaba por prejudicar o seu direito de exercer a vida social, política, econômica e cultural. O sujeito, acaba sendo socialmente rejeitado. Isso pode ser observado nos dados relativos a um estudo realizado pela (ABLGBT, 2016). Segundo esse estudo, dos alunos que não se declaram heterossexuais, 73% já foram agredidos no ambiente escolar e 45% demonstram insegurança neste mesmo ambiente devido ao seu gênero/identidade. Portanto, o ambiente escolar se apresenta como hostil para as pessoas LBGTQI+.

Ressalta-se o favorecimento da reprodução de modos binários de relacionamento por meio da heterossexualidade compulsória. A lógica heterossexual ordena a regulação do gênero homem/mulher, da heteronormatividade e da performatividade de gênero, na qual a repetição de atos reforçam a construção dos corpos baseados nas genitálias. As outras formas de sexualidade que não a heterossexual são ignoradas, excluídas e marginalizadas, corroborando para a exclusão das pessoas LGBTQI+ (BUTLER,2019).Desse modo, a partir do entendimento de como funcionam as relações sociais e de como a dominação heteronormativa é instaurada, pode-se construir reflexões mais aprofundadas acerca dos sistemas de relações e forças, da construção da sexualidade que validam a ordem de representação social, a partir de ideologias, discursos e práticas que naturalizam a dominação e a violência contra a comunidade LGBTQI+.
Privados de aparato familiar, de uma vida social saudável, de amparo educacional e desprovidos de meios materiais, os membros dessa comunidade acabam sendo destinados a miserabilidade. O Estado transfere sua responsabilidade de garantidor de direitos à sociedade civil. Por estar sujeito às demandas das classes dominantes, acaba não reconhecendo a violência contra a comunidade LGBTQI+ como nociva à sociedade. Pelo contrário, tal violência se torna um meio legal e institucionalizado que se instaura por meio da representação policial de forma histórica e estrutural (MARIANO, 2009).

Não obstante, existem movimentos que defendem tais minorias, a fim de que possam minimamente exercer a vida política, social e cultural, sem que sofram qualquer tipo de violência/repressão. Contudo, tais movimentos ainda são mínimos diante das brutalidades que se apresentam como expressões da questão social, esta que se mostra como desigualdade e rebeldia e é vivenciada pelos sujeitos que a experimentam e a elas se resistem e se opõe (IAMAMOTO, 1998).

Sabemos que a existência de leis não impede que o público LGBTQI+ sofra violência. Dessa maneira, faz-se necessário pensar em políticas públicas reparativas e de inclusão social e ações afirmativas que realmente efetivem os direitos básicos garantidos constitucionalmente.

A interação entre a instituição família e Estado dar-se-á de forma conflitante e contraditória, principalmente em relação à centralidade que a família se encontra nas políticas públicas e sociais. Por um lado, o Estado transfere a responsabilidade de proteção social para as outras instituições, principalmente à família, a partir de mecanismos como a solidariedade. Por outro, o Estado

[1] Estácio de Sá, juliamuniz12@hotmail.com
[2] Universidade Federal de Viçosa, anacarolineas21@hotmail.com

desconsidera a condição financeira e social dos membros familiares, que muitas vezes não conseguem suprir as necessidades, seja pela falta de renda ou pela inexistência de relações afetivas entre os membros.

Observa-se que a violência institucionalizada na qual estes vulneráveis são submetidos, apresentam uma faceta brutal e quase desumana, não os reconhecendo como mesmos. Almeja-se que as questões retratadas nesta pesquisa, possam favorecer reflexões e debates mais conscientes acerca das questões de violência contra a comunidade LBGTQI+. Observa-se que a violência institucionalizada na qual estes vulneráveis são submetidos, apresentam uma faceta brutal e quase desumana, não os reconhecendo como mesmos. Almeja-se que as questões retratadas nesta pesquisa, possam favorecer um debate mais consciente e efetivo acerca das questões de violência contra a comunidade LBGTQI+.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). Resistir pra Existir, existir pra Reagir. Disponível em < https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 05/09/2020.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020: Principais resultados. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/27/atlas-da-violencia-2020-principais-resultados> Acesso em: 05/09/2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS (ABGLT) Mapa da cidadania LGBTQI+. Disponível em: < https://www.abglt.org/>. Acesso em: 05/09/2020.

AMARO, Fausto. Sociologia da família. Ed. Pactor. Lisboa,2014. Cap 1 O que é família.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BORTONI, Larissa. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. Brasília, 20/06/2017. Disponível em https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional> Acesso em: 04/09/2020.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARDIN, Valéria S. Galdino. ROCHA, Francielle Lopes. Do estupro corretivo: A dupla vulnerabilidade da lesbiana. VII Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica, ISBN 978-85-8084-724-6. UniCesumar,2014.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. Pesquisa de Métodos Mistos-: Série Métodos de Pesquisa. Penso Editora, 2015.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,1984.

MARIANO, Benedito Domingos. Aspectos históricos do Sistema de Segurança Pública no Brasil e sua organização na atualidade. In: Segurança pública e construção de subjetividades. Cadernos temáticos da Conseg, Ano l, n° 07. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

MILLET, Kate. Sexual Politics. Garden City, New York, Doubleday & Company, 1970.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MINAYO, M. C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência &Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

NADER, Maria Beatriz. Mulher: do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 1997.

RAMOS, Danielle Marques. NASCIMENTO, Virgílio Gomes. A família como instituição moderna. Fractal, Ver. Psicol. Vol.20 no.2 Rio de Janeiro July/Dec, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. SOS Corpo, Recife, 1995.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU) AND CARSTEN BALZER. Trans Murder Monitoring. Disponível em https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/ Acesso em: 05/09/2020.

---

[1]Utilizaremos no texto, termos como “comunidade”, “público”, “grupo”, etc. Mas sabemos que a população LGBTQI+ não é homogênea, pois existem dentro do próprio movimento pautas que se

[1] Estácio de Sá, juliamuniz12@hotmail.com
[2] Universidade Federal de Viçosa, anacarolineas21@hotmail.com

diferem e consequentemente alguns interesses.

[2]Heteronormatividade é definida por situações em que formas de orientação sexual, que não a heterossexual, são excluídas, rejeitadas, marginalizadas pelas políticas e crenças e práticas sociais. (BUTLER, 2019).

PALAVRAS-CHAVE: VIOLÊNCIA; LGBTQI+; PATRIARCADO; QUESTÃO SOCIAL;

[1] Estácio de Sá, juliamuniz12@hotmail.com
[2] Universidade Federal de Viçosa, anacarolineas21@hotmail.com